



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

GREVE

Futuro do projeto de lei será decidido hoje

CCJ da Assembleia pode analisar ou enviar
proposta direto ao plenário

(DC, Geral p. 22 e 23)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 13/7/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/7/11
Assunto: Greve, Futuro de projeto de lei será decidido hoje		Página: 22 e 23

GREVE

Futuro de projeto de lei será decidido hoje

CCJ da Assembleia pode analisar ou enviar proposta direto ao plenário

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Deputados estaduais decidem hoje, na Assembleia Legislativa, o que fazer com o projeto de lei complementar (PLC) que altera o salário e o plano de carreira dos professores. Ele pode até mesmo ser encaminhado para a votação em plenário sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na reunião de ontem, a comissão decidiu adiar a análise do projeto.

Com o argumento de que espera acordo entre categoria e governo, o relator do projeto, deputado Joares Ponticelli (PP), não apresentou parecer na reunião, que foi bastante tumultuada. Alguns professores puderam entrar para acompanhar a votação. Os que ficaram de fora, gritaram e protestaram para que o PLC não passasse pela CCJ.

Os opositoristas Sargento Amauri Soares (PDT) e Dirceu Dresch (PT) questionaram o PLC. Para Dresch, o projeto é muito polêmico, além de retirar conquistas históricas da cate-

goria. Por isso, não pode ser votado “a toque de caixa”. Soares disse que, se preciso, pedirá vista para o projeto não ser aprovado “nem hoje, nem amanhã, nem no futuro”.

Base aliada considera caminhos alternativos

Se a situação não for resolvida na comissão, os deputados da base governista têm outros caminhos para o projeto ser votado antes do recesso, de 15 de julho até agosto. Um deles é encaminhar o PLC direto ao plenário, onde precisa de 21 votos para ser aprovado. O presidente da Casa, Gelson Merisio, pode fazer isso, desde que a maioria dos 40 deputados aprove. Ele não descarta a ideia.

– Essa é uma das alternativas, mas depende da aprovação da maioria. Outras saídas são votar o PLC depois do recesso ou suspender o recesso para votá-lo. Amanhã (*hoje*) vamos ter uma posição – explicou Merisio.

Os docentes vão continuar pressionando os deputados para o projeto não ser aprovado, e, para isso, retornam hoje à Assembleia. Quem veio

do interior está acampado em frente, na Praça Tancredo Neves. Eles rejeitam o PLC porque ele altera o plano de carreira. Se não for aprovado, os salários dos professores voltam aos valores que tinham antes da greve.

– Voltando ao que era, o governo vai ter que encontrar uma maneira de nos pagar o piso nacional do magistério na carreira e cumprir a lei. Pode ser parcelado, mas é na mesa de negociação que se discute em quantas vezes ele vai parcelar – ressaltou o diretor estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Luiz Carlos Vieira.

Professor há 13 anos do Estado, José Luiz Vicente era um dos mais indignados na porta da reunião da comissão. Ele disse que está cansado e que não pode concordar com o fim do plano de carreira.

– Eu tenho quatro filhos, recebi só R\$ 246 para passar o mês, estou com cheques voltando e querem que eu me cale? Tenho pós-graduação e vou receber o mesmo que quem não tem. É uma falta de respeito! – desabafou.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/7/11
Assunto: Greve, Futuro de projeto de lei será decidido hoje		Página: 22 e 23

Sem desconto para quem voltar às aulas

JOSÉ LUIZ VICENTE

Professor

“

Eu tenho quatro filhos, recebi só R\$ 246 para passar o mês, estou com cheques voltando e querem que eu me cale? Tenho pós-graduação e vou receber o mesmo que quem não tem.

LUIZ CARLOS VIEIRA

Diretor do Sinte

“

Voltando ao que era, o governo vai ter que encontrar uma maneira de nos pagar o piso nacional do magistério na carreira e cumprir a lei.

Depois de ganhar na Justiça o direito de continuar descontando os dias parados do salário dos grevistas e não precisar devolver o que não foi pago, o governo do Estado afirmou, ontem, que os professores que voltarem ao trabalho – e apresentarem o plano de recuperação de aulas até sexta-feira – receberão os 23 dias descontados na última folha.

Já os trabalhadores em greve, além de não receberem as devoluções, terão os 30 dias descontados deste mês. A decisão do secretário da Educação, Marco Tebaldi, aprovada pelo governador Raimundo Colombo, se baseia no dado de que 80% dos professores retornaram às escolas. O secretário também assinou a portaria, que permite a contratação de professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) para substituir os grevistas.

O Sinte não tinha os números de adesão, porque a reunião do comando de greve foi adiada para hoje. Uma das diretoras da entidade, Tânia Fogaça, não acredita que a medida do governo causará retorno dos docentes às salas de aula. Ela ainda questiona a contratação de ACTs, já que não há professores disponíveis.

SDRs estão contratando temporários

Blumenau/Itajaí

PATRICIA AUTH *

As secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itajaí e de Blumenau abriram contratação de professores estaduais em caráter temporário para ocupar as vagas dos grevistas. Em Itajaí, a SDR quer todos os 33 mil alunos das nove cidades de abrangência no Litoral dentro das salas de aula até a próxima segunda-feira.

Ontem, para repor as aulas perdidas com a greve, a SDR começou a contratar profissionais temporários. Cerca de 200 serão chamados em caráter de urgência para atuar nas 42 escolas da região.

Na região de Blumenau, a SDR ainda não definiu o número de profissionais que serão contratados. Até ontem, dos 1522 profissionais, 248 permaneciam parados. A expectativa da Gerência de Educação é de que o número de grevistas diminua a partir de hoje. Isso porque o governo do Estado decidiu que os professores que apresentarem até sexta-feira um plano de recuperação de aulas perdidas não terão descontos na folha de pagamento dos dias parados.

– É a única solução encontrada para garantirmos o ano letivo – afirma a gerente Regional de Educação de Itajaí, Clenira Schmitz Pivato.

O diretor de Comunicação do Sinte de Itajaí, Renato Rothbarth, admite que a medida intimidada, mas garante que a greve continua:

– Ao meu ver, esta não é uma atitude correta. Se o professor efetivo voltar ao trabalho, o governo do Estado vai ter que pagar duas vezes pelo serviço – disse.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 13/7/11

Assunto: Greve, Futuro de projeto de lei será decidido hoje

Página: 22 e 23

Divisão preocupa

NATÁLIA VIANA

O projeto de lei complementar que altera o salário do magistério não é a única preocupação do Sinte. Um racha no movimento, evidenciado na realização das assembleias regionais e na assembleia estadual da semana passada, começa a mostrar contornos político-partidários.

As divergências dentro do movimento começaram a se tornar públicas depois da reunião entre o comando de greve e o governador Raimundo Colombo, no último dia 3. A ala do Sinte ligada à Central Sindical e Popular (Conlutas) criticou a direção do sindicato por tentar desmobilizar a categoria.

– Houve uma grande crítica porque a coordenação saiu da reunião dizendo que havia avanços na pro-

posta do governo. A categoria recebeu esta informação de forma muito ruim, porque houve avanços financeiros, mas não avanços na pauta de reivindicação – diz o coordenador regional de São José, Marcelo Silva, ligado à Conlutas.

A secretária de Políticas Sociais do sindicato, Joaquina de Oliveira, diz que a divisão interna não se formou por causa da greve, mas que faz parte da própria estrutura interna do Sinte. Segundo ela, na eleição para a coordenação da entidade, a chapa vencedora indica 70% das vagas, enquanto que a chapa derrotada ocupa o restante dos postos. Por isso, 70% da direção seria ligada à CUT, enquanto que 30% estaria alinhado à Conlutas e setores independentes.

Mas, na última segunda-feira, começou a ser distribuído um boletim

da Conlutas propondo nova direção para o sindicato, uma “direção independente dos governos, autônoma frente aos partidos”.

Coordenadora nega racha e fala em correntes divergentes

O texto diz que a maioria da direção do Sinte, ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), não encaminha a continuidade da greve. Neste contexto, uma leitura é que a divergência pode ter como pano de fundo a disputa entre a corrente vinculada à CUT e ao PT, e a ligada à Conlutas, controlada por PSTU, PCdoB e dissidentes do PT e da CUT.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvetete Bedin, diz que não há um racha interno, mas “correntes divergentes”. Segundo ela, o próprio grupo da chapa derrotada criticou a proposta de formar nova direção. Para Alvetete, a radicalização seria de uma minoria e pode trazer desgaste ao movimento.

– O que estamos encaminhando é para que se mantenha esta postura de lutar, com toda a pressão necessária para ter negociação. Mas, mantendo a mesma prática que adotamos desde o início, sem o componente político-partidário – afirma Alvetete.

O líder do PT na Assembleia, Dirceu Dresch, discorda de que haja um componente partidário na greve que, para ele, talvez seja a de menor conteúdo político-partidário que já viu.

– Esta não é uma greve contra o governo ou para enfraquecer o governo. O que temos é a defesa do piso e da carreira do magistério – avalia.

o Sinte

“Minoria radical”

A questão político-partidária do movimento grevista também já foi levantada pelo governo. Na sexta-feira passada, o governador Raimundo Colombo se irritou com a indicação pela continuidade da greve e afirmou que o resultado era ação de uma minoria radical, ligada ao PSTU.

Ontem, o deputado Darci de Matos, da base aliada do governo, voltou à carga e afirmou na tribuna da Assembleia que não sabia se o magistério deveria negociar com o governo ou com o PSTU. Ao falar da divisão do movimento, foi vaiado pelos professores presentes.

Para Joaquina de Oliveira, que é presidente estadual do PSTU, esta é uma estratégia do governo para tentar desmontar a greve e colocar a população contra o movimento.

– O PSTU apoia as lutas, mas respeita a autonomia do sindicato. Todas as deliberações são tomadas em assembleia. O governo está tentando desmoralizar o PSTU, mas não temos vergonha do partido – destaca Joaquina.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/7/11
Assunto: Greve, Futuro de projeto de lei será decidido hoje		Página: 22 e 23

Estudantes exigem o fim da greve

Lages/Chapecó

Na manhã de ontem, cerca de 40 alunos da Escola de Educação Básica de Lages, uma das maiores da Serra Catarinense, protestaram contra a greve. Eles usaram nariz de palhaço e gritaram “queremos aula” em frente ao prédio. Os alunos dizem entender a situação dos professores, cobram providências do governo, mas acham que a greve já passou dos limites.

– Os professores têm todo o direito de fazer greve, mas que seja por duas ou três semanas, e não dois meses. Eles vão enfrentar revolta quando voltarem para a sala de aula – disse Jair da Costa Teixeira Júnior, 16 anos, do 3º ano do ensino médio.

Outra questão é que muitos já pagaram pela formatura, e temem o prejuízo financeiro e a frustração.

– Tem gente pagando desde março. Cada um vai gastar cerca de R\$ 500. Se não conseguirmos ter a nossa formatura, vai ser uma decepção muito grande – afirmou Cleber Luis Borges da Silva, 17 anos.

Decisão judicial reacende paralisação em Chapecó

Em Chapecó, a suspensão da liminar que impedia o desconto dos dias parados fez com que a categoria voltasse para a greve. Na escola básica Coronel Lara Ribas, os professores voltariam hoje às salas de aula, mas, com a decisão, todos con-

tinuam em greve e os alunos retornaram para suas casas.

A escola, que atende os ensinos fundamental e médio, ficou ontem apenas com as crianças que os pais não conseguiram buscar. Maria Eduarda, da 1ª série, estava triste por ter que ir embora.

– Eu queria ficar na escola – lamentou a menina.

Alguns pais estão indignados com a situação.

– Essa indecisão é um absurdo, os alunos já perderam todo o ano – protestou Luiz Carlos Gelain, que teve que sair do trabalho para buscar a filha na escola.

As escolas Zélia Scharf e Marechal Bormann também voltaram com 100% de adesão à greve.

CLEBER LUIS BORGES DA SILVA

Estudante



Tem gente pagando desde março. Cada um vai gastar uns R\$ 500. Se não tivermos a nossa formatura, vai ser uma decepção muito grande.

LUIZ CARLOS GELAIN

Pai de aluno



Essa indecisão é um absurdo. Os alunos já perderam todo o ano.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 13/07/11
Assunto: Decisão pode sair hoje na AL		Página: 12

Decisão pode sair hoje na AL

Deputados devem fazer votação sobre salários e plano de carreira do magistério

Deputados estaduais decidem hoje, na Assembleia Legislativa, o que fazer com o projeto de lei complementar (PLC) que altera o salário e o plano de carreira dos professores. Ele pode até mesmo ser encaminhado para votação em plenário sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ontem, a comissão decidiu adiar a análise do projeto.

Com o argumento de que espera acordo entre categoria e governo, o relator do projeto, deputado Joares Ponticelli (PP), não apresentou parecer na reunião, que foi bastante tumultuada. Alguns professores puderam entrar para acompanhar a votação. Os que ficaram de fora gritaram e protestaram para que o PLC não passasse pela CCJ.

Os deputados opositoristas Sargento Amauri Soares (PDT) e Dirceu Dresch (PT) questionaram o conteúdo do PLC. Para Dresch, o projeto é muito polêmico, além de retirar conquistas históricas da categoria. Por isso, não pode ser votado "a toque de caixa". Já Soares, durante a sessão ordinária, discursou que, se for preciso, pedirá vista para o projeto não ser aprovado "nem hoje, nem amanhã, nem no futuro".

Se a situação não for resolvida na comissão, os deputados da base governista têm outros caminhos para o projeto ser votado antes do recesso, que começa

em 15 de julho e vai até agosto. Um deles é encaminhar o PLC direto para votação em plenário, onde precisa de 21 votos para ser aprovado. O presidente da casa, Gelson Merisio, pode fazer isso, desde que a maioria dos 40 deputados aprove. Ele não descartou essa possibilidade.

Os docentes vão continuar pressionando os deputados para não aprovarem o projeto.

Começa a contratação de ACTs

As secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itajaí e de Blumenau abriram contratação de professores em caráter temporário para ocupar as vagas dos profissionais que continuam em greve. Em Itajaí, a SDR quer todos os 33 mil alunos das nove cidades de abrangência no litoral dentro das salas de aula até a próxima segunda-feira. Cerca de 200 serão chamados em caráter de urgência para atuar em 42 escolas.

Na região de Blumenau, a SDR ainda não definiu o número de profissionais que serão contratados. Até ontem, dos 1.522 profissionais, 248 permaneciam parados. O diretor de comunicação do Sinte em Itajaí, Renato Rothbarth, admite que a contratação de professores temporários intimida os grevistas, mas garante que a paralisação continua. "Ao meu ver, esta não é uma atitude correta. Se o professor efetivo voltar ao trabalho, o governo do Estado vai pagar duas vezes pelo serviço."

Desconto vai ser mantido

Depois de ganhar na Justiça o direito de continuar descontando os dias parados do salário dos grevistas e não precisar devolver o que não foi pago, o governo afirmou, ontem, que os professores que voltarem ao trabalho – e apresentarem o plano de recuperação de aulas até sexta-feira – receberão os 23 dias descontados.

Já os trabalhadores em greve, além de não receberem as devoluções, terão os 30 dias descontados deste mês. A decisão do secretário da Educação, Marco Antônio Tebaldi, se baseia no dado de que 80% dos professores retornaram às escolas. O Sinte não tinha os números de adesão, porque a reunião do comando de greve foi adiada para hoje. Uma das diretoras da entidade, Tânia Fogaça, não acredita que a medida do governo causará retorno dos docentes às salas de aula.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 13/07/11
Assunto: Tumulto na Assembleia		Página: 05

Tumulto na Assembleia

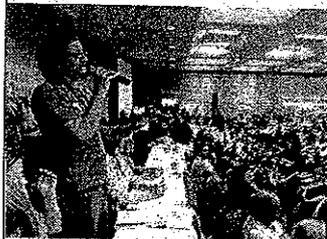
GREVE
As negociações

6 de abril

Salário único para todos os professores de redes estaduais, discutido desde 2009, foi declarado constitucional pelo STF

11 de maio

O secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi, antecipando assembleia dos professores, afirma que a partir de maio nenhum servidor da Educação do Estado vai receber menos que o piso nacional de R\$ 1.187



FERNANDO MENDES/ND

12 de maio

Os professores do Estado aprovam greve por tempo indeterminado, a partir do dia 18 de maio

14 de maio

Raimundo Colombo, acompanhado por secretários estaduais, faz sua primeira viagem oficial ao exterior

18 de maio

Os professores da rede estadual de ensino começam greve por tempo indeterminado. Sinte estima que 80% da categoria adere à greve

FLORIANÓPOLIS — Em mais um dia tenso e tumultuado, a Assembleia Legislativa, não conseguiu colocar em votação o projeto de lei complementar 26 que trata da proposta do governo do Estado aos professores. A falta de um acordo de líderes dificulta o andamento do projeto, que encontra resistência na bancada de oposição e no próprio professorado, por ver no projeto um desmonte no plano de carreira.

Aos gritos de “é greve! é greve! governador Colombo devolve o que nos deve”, os grevistas tumultuaram reunião extraordinária da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). O relator do projeto, deputado Joares Ponticelli (PP), decidiu adiar o seu voto porque enquanto falava foi interrompido por professores que estavam na sala das comissões.

“Sem acordo não tem votação”, afirmou o deputado Darci de Matos, o primeiro a sair da reunião. O relator do projeto, deputado Joares Ponticelli, era o mais preocupado com a situação. “Não dá para entrar em recesso sem votar. Eu não vou conseguir trabalhar nesses 15 dias de recesso”, afirmou Ponticelli, que é professor e de uma região onde a adesão à greve é maior. Não votar nesta semana significa deixar o caso para agosto.

A dois dias do recesso, os deputados estão com um abacaxi para descascar, ou uma bomba-relógio na mão, como definiu o deputado Darci de Matos. O deputado foi aplaudido pelos professores que lotavam as galerias e vaiado, quando indagou se a negociação teria que ser feita com o Sinte ou com o PSTU, partido que apoia a continuidade do movimento grevista.

Opinião dos professores. Os grevistas dizem que o governo coloca o piso nacional no salário-base, mas não no plano de carreira. Com isso achata salários do meio da tabela

24 de maio

Governador em exercício Eduardo Pinho Moreira assina medida provisória, a 188, fixando o piso do magistério em R\$ 1.187 para ativos, inativos e temporários, abrangendo 35 mil professores. O Sinte avaliou a decisão e disse estar insatisfeito



DANIEL QUEIROZ/ND

29 de maio

Raimundo Colombo reuniu secretários no domingo para avaliar paralisação dos professores

2 de junho

O governo federal avisa que não dará qualquer tipo de ajuda financeira para que Santa Catarina resolva a crise na educação, com a greve dos professores no Estado

3 de junho

Governo e Sinte discutiram nova proposta salarial. O Estado oferece piso de R\$ 1.190 para jornada de 40 horas e R\$ 2.385 para o maior nível salarial, e mantém o adicional de 15% por tempo de serviço

17 de junho

Assembleia regional realizada na Capital decide pela continuidade da greve. Com isso, o governo do Estado resolveu rodar a folha de pagamento com os descontos dos dias parados.



Comissão. Professores impediram a análise do projeto

Divisão no Sinte dificulta acordo

A disputa interna no seio do movimento sindical acaba dificultando o entendimento entre os próprios grevistas. É o que pensam deputados da base do governo, que tem tentando encontrar saídas para o fim da greve. No início da noite circulou a informação que o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merísio, tinha uma ideia para apresentar, que consistia em chamar o projeto de lei para o plenário com a apresentação de uma emenda negociada entre os líderes dos partidos e o comando de greve. Merísio negou, porém deixou no ar que ele continua tentando encontrar uma equação que resolva o problema.

Vigília na Assembleia continua nesta quarta

A jornada de vigília dos professores vai continuar nesta quarta-feira. A bancada de oposição está alinhada com os professores e aproveita a presença deles para fazer discursos em prol do magistério e pela continuidade da paralisação. “Esse projeto liquida com o plano de carreira da categoria”, declarou a deputada Ana Paula Lima (PT), durante discurso na tribuna. Na mesma linha foram às manifestações do deputado sargento Soares (PDT), que na reunião da CCJ afirmou é contrário ao projeto. O deputado Dirceu Dresch, líder da bancada do PT, disse que nem mesmo o governo tem clareza do projeto que enviou ao legislativo. “O governo não pode enviar um projeto que tira direitos adquiridos dos professores”.

A deputada Ana Paula Lima lembrou que o projeto modifica o valor do vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens financeiras dos membros do magistério estadual, ativos e inativos.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 13/07/11
Assunto: Governo pede retorno de alunos		Página: 05

Governo pede retorno de alunos

Volta às aulas. Secretário diz que regionais estão autorizadas a contratar professores ACTs

EMANUELLE GOMES
emanuelle@noticiasdodia.com.br
@Emanuelle_ND

FLORIANÓPOLIS — O secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi, continua pedindo para que os pais de alunos encaminhem seus filhos à escola, mesmo sem a certeza de que os educadores estão deixando a greve. Segundo ele, os diretores dos colégios estão orientados para recolherem os estudantes e incluí-los em alguma atividade caso o professor ainda não tenha retornado à sala de aula.

“Alguns terão que voltar para casa, mas precisamos for-

çar e mandá-los ir. No Estado, a greve está baixando e as gerências regionais de Educação já estão autorizadas a contratar os ACTs (Admitidos em Caráter Temporário). Começaremos a pensar em alternativas para cidades com alta adesão a partir de quinta-feira”, destaca Tebaldi.

Segundo ele, o governo não tem como aumentar ainda mais o salário dos professores. A última proposta, encaminhada para votação na Assembleia Legislativa por meio de projeto de lei com-

plementar, aumenta em R\$ 38 milhões por mês a folha de pagamento da categoria.

“É por isso que propomos agora que os professores encaminhem um plano de reposição de aulas até sexta-feira. Dessa forma, garantimos o ano letivo e vamos fazer o pagamento dos dias não trabalhados. O governo assumiu esse compromisso e está cumprindo”, complementa Tebaldi. O secretário afirma que os professores tem que reconhecer a boa vontade do governo.



FOLHA

Secretário lembra que a última proposta eleva em R\$ 38 milhões por mês o pagamento

21 de junho

Governo do Estado edita nova Medida Provisória do salário dos professores, com reajuste de até 44%. secretário-adjunto de educação, Eduardo Deschamps

29 de junho

Nova reunião entre o governo e o Sinte. “Estamos tentando chegar a pontos de consenso”, afirmou o secretário-adjunto Eduardo Deschamps

4 de julho

O governador Raimundo Colombo **recebe o comando de greve dos professores** e aguarda resposta para a volta às aulas. Alvet Bedin, afirmou que houve avanços e as propostas do governo serão levadas à avaliação em assembleias. **No dia 7** radicalismo adia o fim da greve dos professores. Assembleia mostra divisão do Sinte no Estado



Quem retornar terá pagamento garantido

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, decidiu que os professores que apresentarem o plano de recuperação de aulas, aprovado pelos diretores e gerências de Educação até sexta-feira, vão receber os 23 dias não trabalhados em folha suplementar. “É mais um gesto de boa vontade, respeito e cumprimento de nossa palavra”, diz o secretário Marco Tebaldi, que também assinou Portaria para normatizar a contratação de professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) para substituir os grevistas.

Os dias haviam sido descontados na folha do mês passado. Os professores também vão receber os dias parados deste mês no próximo pagamento da folha. Os professores que permanecem em greve não receberão e terão os 30 dias de desconto este mês. A decisão, aprovada pelo governador Raimundo Colombo, se baseia no fato de que 80% dos professores já retornaram.

“
É mais
um gesto
de boa
vontade,
respeito.”

MARCO TEBALDI,
SECRETÁRIO

PROPORÇÃO

Números da educação estadual



	Estado	Grande Fpolis	Capital
Escolas	1.281	289	57
Alunos	309.804	44.135	31.528
Servidores	36.128	4.457	2.030
Professores	30.422	3.718	1.583

Contrato renovado até volta do titular

A Secretaria de Educação liberou o sistema para o cadastro das vagas às regionais. A contratação de novos ACTs se dará por contrato de 15 dias, automaticamente renovado até a volta dos professores concursados.

Segundo o secretário Marco Tebaldi, “quando um professor voltar, o ACT auxiliará na recuperação do aluno e vai trabalhar no reforço das matérias”. Os ACTs que têm contrato até o dia 30 de julho e não retornarem as salas de aula serão automaticamente substituídos.

A Secretaria de Educação estipula que aproximadamente 20% dos professores permanecem em greve, principalmente na Grande Florianópolis e no Sul do Estado. O governo já definiu a reposição de aulas para cumprimento do calendário escolar, que acontecerá até 30 de dezembro e utilizará 10 dias do recesso escolar, sem aulas aos sábados. Para as escolas que não participaram do movimento grevista, o calendário escolar continua o mesmo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 13/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Morde e assopra

O governo do Estado decidiu partir para medidas mais rigorosas visando ao esvaziamento e ao fim da greve dos professores e o retorno à normalidade nas escolas. Manteve os descontos, com a disposição de repetir o corte nos salários de julho, passou a exigir maior controle nas escolas e salas de aula sobre os ausentes e executou a política de substituição dos ACTs pela contratação de novos professores.

Ao mesmo tempo, anunciou que fará a devolução dos descontos salariais de todos os grevistas que retornarem às atividades, com o compromisso de reposição das aulas. Tem o respaldo do Judiciário para continuar descontando, mas decidiu cancelar a punição em nome da normalidade escolar. Quer dizer, morde e assopra.

A estratégia governamental para estas ações, aparentemente contraditória, é fácil de explicar. O governo procura criar um clima político favorável para ver aprovado seu projeto salarial na Assembleia Legislativa com o menor desgaste político possível. A meta principal, neste fim de primeiro semestre parlamentar, é aprovar a proposta salarial. Há o convencimento na Secretaria da Educação de que a greve acabaria sem deixar resistências maiores.

Quem testemunhou a mobilização na Assembleia Legislativa não teve tanta certeza. O clima estava tão tenso que o deputado Joares Ponticelli (PP) decidiu adiar a apresentação de seu relatório, que é favorável à aprovação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Condiçiona o voto a uma saída no impasse entre governo e professores ou, no mínimo, a um acordo das lideranças.

Ele constatou a dramaticidade da situação. Grevistas exaltados, com palavras de ordem, disparos contra o governador, e jovens professoras em lágrimas dentro da sala das comissões, numa espécie de catarse pelo longo e penoso impasse e a perspectiva de derrota política. O gesto do governo, de mandar repor os descontos depois da vitória judicial, procurou desarmar espíritos, segundo o líder Elizeu Mattos, que defende a aprovação.

A SOLUÇÃO

O impasse político da greve foi transferido do Executivo para o Legislativo. Os 40 deputados terão que queimar neurônios e exercitar toda criatividade para buscar uma alternativa. A rigor, saída não há, admitiu o deputado Dirceu Dresch, líder petista. Se aprovarem, o projeto oficial, o PT e seus aliados frustram os professores, que pedem a rejeição. Se rejeitarem, ficam mal com os professores que optaram pela volta à sala de aula e terão melhorias salariais com a proposta governamental. O comando de greve reúne-se hoje para os encaminhamentos. O Sinte quer a rejeição do projeto para forçar a reabertura de negociações. A hipótese de não votar o projeto esta semana e transferir para agosto está descartada. O Parlamento ficaria péssimo na sociedade e entre os professores. Uma autoconvocação da Assembleia para ganhar tempo e buscar uma outra negociação é defendida pelo PT.

O regimento interno da Assembleia está sendo lido e interpretado pelos líderes. Nos bastidores, surgiu uma via que poderá resultar na aprovação do projeto. Respaldo pela maioria dos líderes, o presidente Gelson Merisio consultaria os 40 deputados sobre a remessa direta do projeto salarial da Comissão de Justiça para o plenário. Com 21 votos, o projeto estaria em condições de ser votado diretamente em plenário. E, ali, a base governista tem maioria tranqüila.

Um caminho regimental que teria o poder de anular na comissão o pedido de vistas, anunciado por Dirceu Dresch, ou o voto contra, manifestado pelo Sargento Soares. A principal matéria do período, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi aprovada pelo Legislativo. A rigor, pendente mesmo só o projeto do magistério. E ninguém quer prorrogar esta sangria.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia

Editorial: Cidade

Data: 13/07/11

Assunto: Tumulto na Assembleia

Página: 05

Tumulto na Assembleia

GREVE

As negociações

6 de abril

Salário único para todos os professores de redes estaduais, discutido desde 2009, foi declarado constitucional pelo STF

11 de maio

O secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi, antecipando assembleia dos professores, afirma que a partir de maio nenhum servidor da Educação do Estado vai receber menos que o piso nacional de R\$ 1.187



FERNANDO MENDES/ND

12 de maio

Os professores do Estado aprovam greve por tempo indeterminado, a partir do dia 18 de maio

14 de maio

Raimundo Colombo, acompanhado por secretários estaduais, faz sua primeira viagem oficial ao exterior

18 de maio

Os professores da rede estadual de ensino começam greve por tempo indeterminado. Sinte estima que 80% da categoria adere à greve

FLORIANÓPOLIS — Em mais um dia tenso e tumultuado, a Assembleia Legislativa, não conseguiu colocar em votação o projeto de lei complementar 26 que trata da proposta do governo do Estado aos professores. A falta de um acordo de líderes dificulta o andamento do projeto, que encontra resistência na bancada de oposição e no próprio professorado, por ver no projeto um desmonte no plano de carreira.

Aos gritos de “é greve! é greve! governador Colombo devolve o que nos deve”, os grevistas tumultuaram reunião extraordinária da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). O relator do projeto, deputado Joares Ponticelli (PP), decidiu adiar o seu voto porque enquanto falava foi interrompido por professores que estavam na sala das comissões.

“Sem acordo não tem votação”, afirmou o deputado Darci de Matos, o primeiro a sair da reunião. O relator do projeto, deputado Joares Ponticelli, era o mais preocupado com a situação. “Não dá para entrar em recesso sem votar. Eu não vou conseguir trabalhar nesses 15 dias de recesso”, afirmou Ponticelli, que é professor e de uma região onde a adesão à greve é maior. Não votar nesta semana significa deixar o caso para agosto.

A dois dias do recesso, os deputados estão com um abacaxi para descascar, ou uma bomba-relógio na mão, como definiu o deputado Darci de Matos. O deputado foi aplaudido pelos professores que lotavam as galerias e vaiado, quando indagou se a negociação teria que ser feita com o Sinte ou com o PSTU, partido que apoia a continuidade do mo-

Opinião dos professores. Os grevistas dizem que o governo coloca o piso nacional no salário-base, mas não no plano de carreira. Com isso achata salários do meio da tabela

24 de maio

Governador em exercício Eduardo Pinho Moreira assina medida provisória, a 188, fixando o piso do magistério em R\$ 1.187 para ativos, inativos e temporários, abrangendo 35 mil professores. O Sinte avaliou a decisão e disse estar insatisfeito



DANIEL QUEIROZ/ND

29 de maio

Raimundo Colombo reuniu secretários no domingo para avaliar paralisação dos professores

2 de junho

O governo federal avisa que não dará qualquer tipo de ajuda financeira para que Santa Catarina resolva a crise na educação, com a greve dos professores no Estado

3 de junho

Governo e Sinte discutiram nova proposta salarial. O Estado oferece piso de R\$ 1.190 para jornada de 40 horas e R\$ 2.385 para o maior nível salarial, e mantém o adicional de 15% por tempo de serviço

17 de junho

Assembleia regional realizada na Capital decide pela continuidade da greve. Com isso, o governo do Estado resolveu rodar a folha de pagamento com os descontos dos dias parados



CLIPPING

Veículo: http://www.adjorisc.com.br/educac-o/o-	Editoria: Educação	Data: 12/7/11
Assunto: O panorama da greve dos municípios		Página: Online

O panorama da greve, direto dos municípios

Jornais associados à Adjori/SC estão encaminhando informações sobre a situação da greve do magistério em seus respectivos municípios. Confira. Novas informações a qualquer momento

Brusque - De acordo com a Gerência de Educação da SDR Brusque, 90% dos professores já voltaram a lecionar no município. **(A Voz de Brusque)**

Correio do Contestado - Depois de algumas manifestações, práticas de vandalismos e descontentamento por parte dos alunos, apartir de amanhã dia13/07 as aulas devem estar se normalizando. **(O Tropeiro)**

Criciúma - Apesar dos chamados recentes por parte do Governo para que os professores voltem às aulas, a paralisação segue e não há previsão de retorno.

A vice-coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Santa Catarina (Sinte/SC), Janete Jane da Silva, contesta o índice apontado pelo secretário estadual da Educação Marco Tebaldi. "Eu não sei de onde eles tiraram essa de que só 20% dos professores estão em greve. Alguém está vendo professores nas escolas? Eu ainda não tenho os dados dos comandos regionais, mas acredito que mais de 50% dos professores estão em greve", avalia Janete.

Nesta terça-feira (12), o comando de greve estará reunido em Florianópolis para discutir o Projeto de Lei Complementar número 026/11, enviado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina ainda no início da paralisação que, na visão dos professores, acaba com o plano de carreira. "Mas a greve só acaba com uma nova assembleia estadual", ressalta Janete. **(Jornal A Palavra)**

Dionísio Cerqueira - Foi realizada, na segunda-feira (11), na sede da SDR Dionísio Cerqueira, uma reunião de trabalho envolvendo os representantes do Governo de Santa Catarina e o Comando da Greve dos Professores da Regional. O encontro teve a participação do Secretário de Estado da SDR Dionísio Cerqueira, Flávio Berté e da Gerente Regional de Educação, Nilza Suffredini.

Conforme o secretário Flávio Berté, decidiu-se pelo fim da paralisação dos professores, que já passava dos 50 dias. O secretário explica que foi definido um cronograma para retorno de atividades imediatas dos professores em todas as 22 escolas da área de abrangência da Regional, que envolve os municípios de Anchieta, Guarujá do Sul, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Princesa e São José do Cedro. Berté enaltece o esforço que a Regional realizou, com trabalho forte da Gerência de



Educação, articulação e negociação, para conseguir finalizar a paralisação do Magistério.

Segundo a gerente de Educação da SDR Dionísio Cerqueira, Nilza Suffredini, ficou acordado que os professores já voltam às Unidades Escolares nesta terça-feira (12), para definição de calendário de reposição e planejamento. Na quarta-feira (13), a aula será retomada com os alunos. Na quinta-feira (14) e na sexta-feira (15) também haverá aula normal. "Num destes dias, os professores serão liberados para participar da Assembléia Estadual. Isso ocorre para que eles possam ter força na Assembléia e decidir pelo fim geral da paralisação", destaca Nilza.

Com relação a reposição, ficou acordado que ela vai ocorrer a partir da segunda quinzena do mês de julho, desde que assegurada a devolução dos valores financeiros descontados da folha de pagamento. A reposição ocorrerá sempre de segunda a sexta-feira, sendo que os feriados de 28 de outubro e 14 de novembro serão destinados para o cumprimento dos 200 dias letivos previstos em lei. (Folha do Oeste)

Itá - As aulas voltaram na rede estadual de Itá, mas os professores ainda ameaçam parar as atividades a qualquer momento. Se o Governo não decidir pagar o piso, os professores prometeram manter as férias de julho mesmo com tantos dias sem aula. (**Jornal Sentinela**)

Itapiranga - O gerente de Educação da SDR de Itapiranga, Hugo Bohnenberger, informou, que nos 5 municípios da SDR de Itapiranga somente um professor está em greve. Os demais retornaram todos. O gerente disse ainda que agora a preocupação passa a ser com a reposição das aulas perdidas. A expectativa é encerrar o ano letivo até o dia 31 de dezembro. Para tanto, as escolas estão se organizando para que as aulas aconteçam de segunda a sexta-feira. Reuniões de planejamento e atividades paralelas estão sendo programadas para os sábados. (**Jornal Expressão**)

Jacinto Machado / Forquilha - As aulas continuam paralisadas, e sem data prevista para o retorno dos professores as salas de aula. A principal preocupação dos pais é sobre o vestibular no final do ano. Com a greve, as aulas atrasaram e deverão ultrapassar o mês de dezembro. Com isso, mais de 150 alunos que concluiriam o Ensino Médio em dezembro, deverão ficar sem prestar o vestibular de verão (**Jornal Volta Grande**)

Maravilha - Na Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), de Maravilha, desde a segunda-feira (11), 100% das 27 escolas de abrangência trabalham integralmente. O replanejamento das aulas na SDR será iniciado nesta quarta-feira (13). O gerente de Educação, Rubi Nyland, e a equipe da Gerência, reunirão os diretores para analisar individualmente o calendário. O pagamento do transporte escolar iniciará no mês de julho, com uma parcela extra. O mesmo será efetuado para auxiliar os municípios nos dias em que a rede estadual esteve parada devido à greve dos professores. (**Jornal Novoeste**)



Otacilio Costa - Agora até que está tranquilo, todos os professores voltaram para as salas de aula. Os alunos estão reclamando direto com a gente sobre grosseria de professores, falta de educação por parte deles, o que é uma contradição, mas enfim, o que os profissionais nos disseram é que não vão repor as aulas se não receberem para isto, mas ainda segundo alunos, os professores tem faltado bastante nos dias de aula e a maioria garante que não está aprendendo nada e que o ano já está perdido. (Correio Otacilense)

Pinhalzinho - Aqui o pessoal voltou... diria que tem poucos (no máximo 10) fora da sala de aula. (**Imprensa do Povo**)

Piratuba - Em Piratuba e Ipira os professores já estão trabalhando há duas semanas. Cerca de 80% aderiu a greve mais ou menos durante 40 dias. As informações das diretoras não batiam com a dos líderes do movimento. São atendidos nas duas escolas, Carlos Chagas e Carlos Fries, cerca de 600 alunos. (**Jornal A Comunidade**)

Pomerode - As quatro escolas retornaram as aulas normalmente nesta segunda-feira. Na maior delas a José Bonifácio, apenas um professor permaneceu paralisado. Essa e a Erwin Curt Teichmann foram as que tiveram mais adesão desde início da greve. Na Testo Alto e Prudente de Moraes a adesão foi pequena. Até a tarde de hoje eles discutiam a questão de como será feita a reposição por completo, já que não haverá mais as férias de julho e as aulas seguirão até o dia 30 de dezembro. (**Jornal de Pomerode**)

Rio do Campo - Já esta tudo normal. O retorno de todos os professores aconteceu na sexta-feira (8), com o horário normal das aulas. (**A Tribuna do Vale**)

Rio do Sul - A partir desta semana, o movimento enfraqueceu em Rio do Sul. Muitos professores retornaram à sala de aula, mas estão descontentes com a decisão do governo de não pagar os dias parados. Os professores já estavam trabalhando um cronograma de reposição das aulas nas férias de julho e nos sábados, porém, indignados, poderão voltar à greve. (**O Riossulense**)

Rio dos Cedros - Diferente de outros Colégios da Rede Estadual de Ensino, o Giovani Trentini, único colégio estadual no município de Rio dos Cedros, não teve em nenhum momento as aulas totalmente suspensas. Alguns professores paralisaram no período de 23 de maio a 15 de Junho, tendo no total 21 dias, porém foram somente 8 professores. Segundo a Assistente de Direção Eliana Avila G. Baldasso, cada professor ficou livre para fazer a escolha de paralisar ou continuar em sala de aula. O colégio apenas repassou as conseqüências que a greve poderia causar. Os professores que decidiram aderir a greve estarão repondo suas aulas no período que os alunos estariam de férias, mas mesmo assim em duas semanas não será possível repor todo conteúdo em atraso, nesse caso o ano letivo deve ser mais longo no final de ano, para poder concluir os 200 dias aula. (**Jornal Gazeta do Vale**)



São Lourenço do Oest - Decorridos mais de 50 dias de greve, professores da rede estadual de ensino, pertencentes à Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de São Lourenço do Oeste, retornam às atividades. Com uma quantidade considerada pequena de alunos, as aulas tiveram início ainda na quinta-feira (9). A decisão de voltar aos trabalhos foi tomada em assembleia geral pelo magistério regional.

O termino da greve não aconteceu em todas as regiões do estado. Segundo o professor Nelson da Costa, a decisão de voltar às atividades foi aprovada pela maioria dos professores que participaram da assembléia regional. De acordo com o comando de greve, os principais motivos que ocasionaram o retorno das aulas é o grande período em que os alunos ficaram fora do colégio, o que pode atrapalhar o desempenho do ano letivo. Outro fator que contribuiu foi o andamento das negociações e a apresentação de algumas propostas por parte do governo estadual.

Costa explica que as propostas feitas pelo governo satisfazem algumas exigências dos professores, mas não atende a todas as reivindicações da classe. A princípio, o governo se comprometeu em cumprir a Lei Federal, a qual prevê o pagamento do piso do magistério, que hoje é R\$1.187. Nas atuais negociações, os professores alegam que o governo repôs o salário dos professores de estão começando a trabalhar e deixou de valorizar o plano de carreira do magistrado.

“Em princípio, o governo começou a pagar o piso para aqueles que estão começando agora. Mas o percentual de aumento é menor para os professores que já estão a mais tempo em sala de aula”, afirma. Caso o acordo proposto pelo governador não seja cumprido, os professores estão dispostos a voltar à greve.

Por outro lado, muitos alunos estão de olhos abertos sobre como será a reposição das aulas deste tempo parado. A aluna Kathrynne Casagrande Santini, 16 anos, que embora a luta em prol do cumprimento do piso do magistério seja justa, também é justo que os alunos tenham direito a reposição de aulas perdidas. A estudante do terceiro ano do ensino médio afirma estar preocupada com os andamentos dos estudos, principalmente por que está chegando à época de vestibulares. De acordo com o Professor Nelson, os professores estão dispostos a repor as aulas perdidas durante o período de greve. “Mas para isso acontecer, o governo tem que devolver o que foi descontado deste período”, declara. **(Destaque Regional)**

São Miguel do Oeste - A Gerência Regional de Educação (Gered) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) de São Miguel do Oeste, divulgou, ontem, que apenas 5,36% dos professores permanecem em greve nas 19 escolas estaduais da Regional. Segundo o gerente da pasta, Moacir Gervásio Martello, dos 503 professores, apenas 27 não retornaram às salas de aula. No balanço da Gered, apenas duas unidades escolares apresentam baixas de professores grevistas - a Escola de Educação Básica (EEB) São Miguel, com 26 grevistas; e a EEB São Sebastião, com apenas um. As duas escolas são de São Miguel do Oeste.



Ao todo, a regional já conta com 17 escolas com 100% do funcionamento, o que representa 94,64% dos professores em aula. **(Jornal Imagem)**

SDR Araranguá - A estimativa é de que quase 65% dos professores das Escolas pertencentes à área de abrangência da gerência de Educação da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Araranguá estão atuando em suas respectivas Unidades. Segundo a supervisora de desenvolvimento humano da SDR Araranguá, Catia Regina Henrique da Rosa, nesta segunda-feira (11), das 45 Escolas da Regional, 13 atendiam integralmente às atividades (com 294 servidores). Nas demais Unidades de Ensino, grande parte já possui o quadro de professores praticamente completo. No total, dos 1680 professores que atuam nas Escolas da Regional, 601 estão em greve e os demais estão trabalhando normalmente. A gerente Regional de Educação, Celina Hobold da Rosa, ressaltou que os professores que ainda não retornaram às suas escolas terão dificuldades em encerrar o ano letivo em 2011. Ela ainda lembra que o Governador Raimundo Colombo frisou que, se for preciso, serão contratados professores Admitidos em Caráter Temporário. **(Jornal Nortesul)**

SDR Ibirama - Na região de Ibirama, que compreende os municípios de Apiúna, Ibirama, Lontras, Dona Emma, José Boiteux, Presidente Nereu, Presidente Getúlio, Vitor Meireles e Witmarsum, está tudo muito bem conduzido. Os dados são os seguintes. Dos 526 professores apenas 3 (0,57%) estão em greve. Trabalhando : 523 (99,43%). Não há alunos sem aula nas 25 escolas em pleno funcionamento, que envolvem 10.086 estudantes. Dos 3 professores, 2 são da Escola de Educação Básica São João Bosco, de Apiúna, e 1 da Escola Dom Pedro de Barra da Prata, do município de Vitor Meireles. **(Jornal de Apiúna)**

SDR Seara - Apenas alguns professores de Arvoredo mantêm a greve. Nos oito municípios da Regional, pelo menos 95% dos professores retornaram às salas de aula. **(Folha Sete)**



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 13/7/11
Assunto: Greve, Vale e Litoral contratam professores		Página: Online

GREVE

Vale e Litoral contratam professores

Para preencher carteiras vazias, profissionais substituirão temporariamente docentes que aderiram à paralisação

BLUMENAU/ITAJAÍ - As Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itajaí e Blumenau abriram contratação de professores estaduais em caráter temporário para ocupar as vagas dos profissionais que continuam em greve. Em Itajaí, a secretaria quer todos os 33 mil alunos das nove cidades de abrangência no Litoral dentro das salas de aula até a próxima segunda-feira. Para repor as aulas perdidas com a greve, ontem, a SDR começou a contratar profissionais temporários. Cerca de 200 serão chamados em caráter de urgência para atuar nas 42 escolas de Itajaí, Balneário Camboriú, Itapema, Camboriú, Navegantes, Penha, Bombinhas, Porto Belo e Balneário Piçarras.

Na região de Blumenau, a SDR ainda não definiu o número de profissionais que serão contratados para atuar em Gaspar, Pomerode, Luís Alves, Ilhota e Blumenau. Até ontem, dos 1522 profissionais, 248 permaneciam parados. A expectativa da Gerência de Educação é de que o número de grevistas diminua a partir de hoje. Isso porque o governo do Estado decidiu que os professores que apresentarem até sexta-feira um plano de recuperação de aulas perdidas não terão descontos na folha de pagamento dos dias parados. Os interessados nas vagas temporárias devem acessar o site da Secretaria Estadual de Educação pelo site www.sed.sc.gov.br, onde estão disponíveis as funções em aberto.

? Essa contratação foi possível por meio de uma normativa. A decisão foi tomada depois de uma reunião com o governo do Estado sexta-feira. É a única solução encontrada para garantirmos o ano letivo ? afirma a gerente Regional de Educação de Itajaí, Clenira Schmitz Pivato.

Ontem, já havia professores interessados nas vagas. No período da tarde, alguns formavam filas na sala de espera da SDR para a entrega de currículos. O contrato, de acordo com Clenira, será de no mínimo 15 dias. A exigência para a contratação é ter habilitação de Magistério ou de Ensino Médio.

?Os professores temporários, assim que contratados, já começam a trabalhar. Se nesse meio tempo o efetivo voltar, o temporário permanece na escola, mesmo que em outra função.

A gerente de Educação do Litoral conta que, até ontem, dos 2100 professores, 450 estavam em greve na região. Com a reposição, Clenira garante que o calendário escolar será encerrado até 30 de dezembro.



Diretor de Comunicação de Itajaí no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), Renato Rothbarth admite que a contratação de professores temporários intimida os grevistas, mas garante que a paralisação continua:

?Ao meu ver, esta não é uma atitude correta. Se o professor efetivo voltar ao trabalho, o governo do Estado vai pagar duas vezes pelo serviço. **(Colaborou Anderson Silva)**

patricia.auth@santa.com.br

PATRÍCIA AUTH CONTRATAÇÕES

- Em Itajaí, a contratação será feita até sexta-feira. Os interessados devem levar o currículo à sede da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí (Rua Jorge Matos, esquina com a Rua Uruguai, no Centro). O expediente será em regime de plantão, portanto os currículos podem ser entregues em horário comercial. Informações: (47) 3248 8800

- Em Blumenau, os candidatos devem comparecer à Gerência Regional de Educação (Rua Braz Wanka, 238, Bairro Vila Nova). As vagas podem ser consultadas em www.sed.sc.gov.br



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 13/7/11
Assunto: Greve, Professores pressionam para não aprovação do projeto que altera salários		Página: Online

GREVE

Professores pressionam para não aprovação do projeto que altera salários

Os docentes vão continuar pressionando os deputados para o Projeto de lei Complementar que altera os salários não ser aprovado e, para isso, retornam hoje à Assembleia. Os trabalhadores vindos do interior estão acampados em frente ao local, na Praça Tancredo Neves. Eles rejeitam o PLC porque ele altera o plano de carreira do magistério. Se não for aprovado, os salários dos professores voltam aos valores que tinham antes da greve.

? Voltando ao que era, o governo vai ter de encontrar uma maneira de nos pagar o piso nacional do magistério na carreira e cumprir a lei. Pode ser parcelado, mas é na mesa de negociação que se discute em quantas vezes ele vai parcelar ? ressaltou o diretor estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Luiz Carlos Vieira.

Professor há 13 anos do Estado, José Luiz Vicente era um dos mais indignados na porta da reunião da comissão. Ele desabafou que está cansado e que não pode concordar com o fim do plano de carreira.

? Eu tenho quatro filhos e recebi R\$ 246 para passar o mês, estou com cheques voltando e querem que eu me cale? Tenho pós-graduação e vou receber o mesmo que um professor que não tem. É uma falta de respeito!
? disse, emocionado.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 13/7/11
Assunto: Greve, Assembleia decide hoje o que fazer sobre a questão salarial		Página: Online

GREVE

Assembleia decide hoje o que fazer sobre a questão salarial

FLORIANÓPOLIS - Deputados estaduais decidem, hoje, na Assembleia Legislativa o que fazer com o Projeto de Lei Complementar (PLC) que altera o salário e o plano de carreira dos professores. Ele pode até mesmo ser encaminhado para a votação em plenário sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ontem, a comissão decidiu adiar a análise do projeto.

Com o argumento de que espera acordo entre categoria e governo, o relator do projeto, deputado Joares Ponticelli (PP), não apresentou parecer na reunião, que foi bastante tumultuada. Alguns professores puderam entrar para acompanhar a votação. Os que ficaram de fora, gritaram e protestaram para que o PLC não passasse pela CCJ.

Os deputados opositoristas Sargento Amauri Soares (PDT) e Dirceu Dresch (PT) questionaram o conteúdo do PLC. Para Dresch, o projeto é muito polêmico, além de retirar conquistas históricas da categoria. Por isso, não pode ser votado ?a toque de caixa?. Já Soares, durante a sessão ordinária, discursou que, se for preciso, pedirá vista para o projeto não ser aprovado ?nem hoje, nem amanhã, nem no futuro?.

Se a situação não for resolvida na comissão, os deputados da base governista têm outros caminhos para o projeto ser votado antes do recesso, que começa dia 15 e vai até agosto. Um deles é encaminhar o PLC direto para a votação em plenário, onde precisa de 21 votos para ser aprovado. O presidente da Casa, Gelson Merisio, pode fazer isso, desde que a maioria dos 40 deputados aprove. Ele não descartou essa possibilidade.

? Essa é uma das alternativas, mas depende da aprovação da maioria. Outras saídas são votar o PLC depois do recesso ou suspender o recesso para votá-lo. Amanhã (hoje) vamos ter uma posição ? explicou o presidente.

julia.antunes@diario.com.br

JÚLIA ANTUNES LORENÇO



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 13/7/11
Assunto: Assembleia (1), Assembleia (2) e Aposta		Página: 10

Assembleia (1)

As alternativas para resolver o impasse sobre o projeto que concede o piso nacional de salários dos professores da rede pública estadual, em greve há 57 dias, devem passar mesmo pela Comissão de Constituição e Justiça, ainda hoje.

Argumentos sobre o regimento podem ser a alternativa para fugir do risco de adiamento pelo pedido de vista.

Assembleia (2)

O Centro Administrativo não pode mais reeditar a Medida Provisória sobre o piso nacional da categoria.

É que a Assembleia considerou inconstitucional o formato e pediu para ser transformado em projeto de lei complementar.

Aposta

O enfraquecimento da greve poderá se dar por desgaste do Sinte. O sindicato está bastante dividido na direção e sem alternativa para convencer sobre o desconto dos dias parados, assegurados pelo governo junto ao Tribunal de Justiça.

Resta saber se o aceno do Centro Administrativo em pagar o salário integral, desde que os professores apresentem o plano de reposição até depois de amanhã, terá repercussão ou não na categoria.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 13/7/11
Assunto: Para 2012, Lei orçamentária de SC é aprovada		Página: 6

PARA 2012 Lei orçamentária de SC é aprovada

GABRIELLE BITTELBRUN

O projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) foi aprovado ontem, na Assembleia Legislativa, por unanimidade.

A proposta aumenta os percentuais de repasse aos poderes e instituições, mas retira o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) da base de cálculo e aplica um redutor de

2,65%. O plano já tinha passado pela Comissão de Finanças e nove das 292 emendas tinham sido rejeitadas.

O relator, deputado Gilmar Knaesel (PSDB), alegou que as medidas não foram aceitas por serem inconstitucionais ou por tratarem da base de cálculo da receita líquida disponível, que já tinha sido definida por consenso entre os poderes e instituições.

No plenário, foram destacadas três

dessas emendas pela bancada do PT, que também foram derrubadas em plenário. Entre elas, estava a que obrigava o governo a investir o recurso que deve sobrar com a retirada do Fundeb na educação e a que propunha que a Udesc não sofresse redução de repasse. Knaesel explica que o Estado está comprometido a investir a sobra na educação, incluindo a Udesc, o que tornavam as emendas desnecessárias. Para ele, a aprovação foi um avanço democrático.

– Todo o debate ajudou a clarear o assunto e foi fechado o entendimento sobre isso. Foi a discussão mais democrática da história da AL – diz.

Os deputados confirmaram o acordo sacramentado entre o governo do Estado e os poderes: 2,49% para a Udesc; 9,31% para Tribunal de Justiça de SC; 4,51% para a AL; 3,91% ao Ministério Público; e 1,66% para o Tribunal de Contas do Estado.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 13/7/11
Assunto: Lições da greve		Página: 39

Lições da greve

A paralisação dos professores agrava o sofrimento especialmente da parte

mais humilde da população, que vive distante dos locais de trabalho e necessita do apoio da escola para ter onde deixar os filhos. Não há como fingir que isto não ocorre.

A propósito, leitor atento envia à coluna citação do historiador Eric Hobsbawm, que em seu livro *Mundo do Trabalho*, já alertava, na página 487: “(...) o poder das greves, especialmente no setor público, em que o mercado e os lucros não são determinantes, reside em grande parte na habilidade de pressionar o governo através da capacidade de dificultar a vida do público, incluindo a de todos os trabalhadores não grevistas. Não faz sentido fingir que isto não ocorre.”



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 12/07/11
Assunto: Localização da escola influencia desempenho do aluno, revela pesquisa		Página: A16

Localização da escola influencia desempenho do aluno, revela pesquisa

Alunos com o mesmo perfil sociocultural têm desempenhos diferentes de acordo com o índice de vulnerabilidade social do local onde fica a escola em que estudam. A conclusão é da pesquisa Educação em Territórios de Alta Vulnerabilidade Social na Metrópole, que avaliou o impacto da localização do colégio na educação.

Em unidades localizadas em áreas altamente vulneráveis, cerca de 50% dos alunos com baixos recursos culturais familiares (bens culturais disponíveis em casa, como TV, DVD, internet e livros, aferidos pelo questionário socioeconômico da Prova Brasil, e escolaridade da mãe ou mulher responsável pelo estudante) têm desempenho abaixo do básico e apenas 10% deles apresentam desempenho adequado.

Já nos colégios de entorno não vulnerável, 38% dos alunos com esse mesmo perfil estão abaixo do básico. A melhora também aparece no aumento de taxa de estudantes com aprendizado adequado e avançado: 24%.

A pesquisa conclui que escolas em territórios de maior vulnerabilidade social têm Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mais baixo que as de entorno menos vulnerável.

Os dados também apontam que alunos com maiores recursos culturais apresentam notas mais baixas quando estão matriculados em escolas que ficam em territórios de alta vulnerabilidade social. "Quando mostramos o impacto que o entorno da escola tem na vida do aluno de baixo nível sociocultural, percebemos que ele é, sim, capaz de

aprender", explica Mauricio Ernica, coordenador do estudo.

A pesquisa foi realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Fundação Tide Setubal, Fundação Itaú Social e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em 61 escolas públicas de ensino fundamental da subprefeitura de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo. Também foram usadas as notas da 4.ª série do ensino fundamental na Prova Brasil de Língua Portuguesa de 2007 e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

Políticas. A relação entre aprendizado e território se deve a diversos fatores, como o isolamento da escola, a baixa oferta de matrícula na educação infantil e o nível sociocultural homogêneo dos alunos da região. "Por essas e outras razões, programas públicos tendem a não ter efeito em áreas que demandam políticas sensíveis às desigualdades", diz Antonio Batista, coordenador de desenvolvimento de pesquisas do Cenpec.

Ele também destaca que as escolas criam uma relação de interdependência: as unidades localizadas em áreas de vulnerabilidade social média e baixa atraem profissionais mais qualificados e estudantes com melhores recursos culturais familiares. Assim, elas acabam pressionando quem

não se adequa a trocar de escola. "Há uma espécie de 'mercado' entre as escolas públicas", afirma o coordenador. "Pais que moram em regiões mais vulneráveis evitam certas escolas."

A pesquisa aponta aspectos a serem considerados na formulação de políticas públicas para os territórios vulneráveis. "Temos de pensar em políticas específicas, articuladas com outros serviços além da educação; romper o isolamento das escolas, criando mecanismos de colaboração en-

tas; e organizar as unidades para atenderem as necessidades de seu público real, não ideal", diz Anna Helena Altenfelder, superintendente do Cenpec.

Os jovens que estudam em regiões vulneráveis confirmam os problemas apresentados pela pesquisa. "Quando mudei para uma escola mais distante daqui, percebi que lá tem mais professores e menos aulas vagas", conta Alex de Araújo, de 16 anos, morador da região do Grajaú, região sul de São Paulo.